

EDITORIAL

A pandemia da COVID-19 mudou consideravelmente a maneira como vivenciamos nossas relações interpessoais e o meio que nos cerca. A natureza se mostrou resiliente frente às intempéries antrópicas, mostrando que a crise ambiental presente é passível de ser revertida. No entanto, a própria Organização da Nações Unidas (ONU) foi bem categórica ao dizer que teremos que adiar as metas estabelecidas nos 17 ODS (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável) que versam, principalmente, sobre questões socioambientais globais.

É nesse contexto que o primeiro artigo desta edição da REVISTA MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE se apresenta. O estudo intitulado “*A fórmula da sustentabilidade dissolvida em desenvolvimento persiste como solução para as mazelas do planeta?*” discute, à luz de uma revisão de literatura, justamente as questões ambientais em um âmbito histórico, sobretudo no que se refere aos acordos internacionais, muitas vezes não cumpridos pelos países signatários.

É fato que os interesses econômicos que permeiam as questões de sustentabilidade no mundo são fatores preponderantes para as tomadas de decisão dos chefes de Estado, inclusive no que se refere a adotar medidas protetivas dos recursos naturais do seu próprio país.

No caso do Brasil, por exemplo, é notório o descaso das autoridades superiores em relação às questões ambientais. São recentes (e contundentes) os dados científicos do aumento do desmatamento em vários biomas brasileiros, principalmente o Cerrado e a Amazônia. O artigo “*Análise da distribuição das queimadas no cerrado maranhense, Brasil (2014-2018)*” traz informações importantes e indica que, mesmo com uma redução dos focos de queimadas nesta região no ano de 2018, há necessidade de monitoramento constante para reduzir as práticas das queimadas antrópicas.

Seguindo a linha dos impactos socioambientais, dois estudos foram conduzidos a fim de apresentar as consequências das atividades antrópicas em diferentes contextos. O primeiro, o artigo “*Impactos socioambientais da fumicultura no município de Venâncio Aires, Rio Grande do Sul, Brasil: análise bibliográfica*”, apresenta duas questões importantes sobre esta temática: a primeira diz respeito aos impactos negativos na saúde dos trabalhadores expostos aos defensivos agrícolas nestas plantações; e a segunda fala sobre a escassez de pesquisas sobre o tema na região estudada. O segundo artigo da linha, “*Análise da paisagem da reserva extrativa marinha Delta do Parnaíba na perspectiva geossistêmica*”, avalia o impacto humano em uma reserva extrativista do Delta do Parnaíba (Piauí e Maranhão) que, de acordo com os

resultados do estudo, vem apresentando uma redução significativa da cobertura vegetal local, o que leva ao assoreamento do rio.

A partir dos estudos supracitados, é importante enfatizar o uso de ferramentas de controle e monitoramento dos impactos socioambientais em diferentes ecossistemas. Os quatro trabalhos que serão apresentados a seguir trazem resultados e propostas que podem auxiliar fortemente as políticas públicas de proteção ambiental.

Em “*Estudo de indicadores para a gestão de resíduos sólidos urbanos no município de Maracanaú – CE*”, os autores sugerem um conjunto de indicadores para avaliar a questão dos resíduos sólidos no local mencionado, fato importantíssimo em função da promulgação do novo marco legal do saneamento. Outra ferramenta que tem apresentado bons resultados nacional e internacionalmente são os Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA), de acordo com o estudo “*Pagamento de Serviços Ambientais: uma análise sobre sua implantação*”, que pode trazer como retorno uma economia financeira significativa.

Finalizando as propostas de ferramentas para conservação ambiental, o artigo “*Medidas de diversidade funcional: uma estratégia para a conservação da biodiversidade*” apresenta uma análise crítica acerca das novas metodologias para mensurar a funcionalidade dos ecossistemas e a sua aplicabilidade em um contexto de sustentabilidade ambiental. Também discorre sobre a importância da conservação da biodiversidade para a manutenção dos ecossistemas diversos. Por fim, porém não menos importante, o uso e análise de indicadores sociais, ambientais e econômicos para a implantação de construções sustentáveis em ambientes urbanos foram avaliados no estudo “*Tecnologias sustentáveis como solução aos impactos da expansão urbana: energia solar e telhado verde*”, onde se conclui que a utilização da energia solar é moderadamente viável e a do telhado verde totalmente viável nesses ambientes.

Para finalizar este editorial, vale a menção honrosa a todos os cientistas que têm se debruçado incansavelmente para avançar no conhecimento, seja ele para buscar a cura para pandemia que nos atinge, seja para encontrar respostas para a mitigação dos problemas socioambientais da nossa era.

Prof. Dr. Rodrigo Berté
Editor chefe

Prof. Dr. Rodrigo de Cássio da Silva
Editor adjunto